

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.369 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2001

Plenário examina mudança na urna eletrônica

PÁGINA 8



O presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, levou solidariedade a Tebet e garantiu a apuração de responsabilidades

Aécio e senadores se solidarizam com Tebet

Aécio Neves manifestou o desagravo da Mesa Diretora diante da agressão verbal a Tebet na sessão do Congresso. Senadores hipotecaram solidariedade ao presidente da Casa e líderes partidários na Câmara assinaram representação contra deputados agressores.

PÁGINAS 4 E 5



Critério para recursos do SUS gera debate

PÁGINA 2



Lideranças partidárias reúnem-se com Ramez Tebet para definir propostas que devem ir a votação

Reforma do Judiciário é uma das prioridades na pauta do Senado

Parlamentares acertam a realização de reuniões quinzenais para definir as propostas que devem ter preferência na tramitação

O novo presidente do Senado, Ramez Tebet, realizou ontem sua primeira reunião com os líderes partidários e os integrantes da Comissão Diretora. Os senadores trocaram idéias sobre as prioridades para o trabalho parlamentar

e possível aprimoramento das atividades legislativas. Tebet ressaltou que o tema mais relevante em tramitação na Casa é a reforma do Judiciário. Os senadores combinaram reuniões quinzenais para a montagem da pauta de votações.

PÁGINAS 6 E 8

Conselho de Ética vota hoje o relatório sobre Jader

PÁGINA 7

CAS analisa descentralização de verba da saúde

Projeto do senador Paulo Souto também estabelece que distribuição de recursos para ações e serviços do SUS deve levar em conta número de habitantes do estado ou município, deixando de privilegiar regiões com maior rede hospitalar

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) decidiu adiar para a próxima quarta-feira a votação, em caráter terminativo, do projeto de autoria do senador Paulo Souto (PFL-BA) estabelecendo que os recursos do Fundo Nacional de Saúde (Funasa), destinados a ações e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), deverão ser transferidos de acordo com o número de habitantes de cada estado ou município. Atualmente, a maior parte dos recursos é encaminhada para regiões com maior rede hospitalar e que detenham melhor capacidade tecnológica instalada.

Paulo Souto esclarece que a iniciativa tem por objetivo corrigir distorções e descentralizar os recursos canalizados para o setor da saúde. Pela medida, as transferências de recursos para o Sistema Único de Saúde dispensariam a celebração de convênios e cronogramas aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme

determina a legislação.

De acordo com o senador, o sistema adotado vem causando danos a estados e municípios mais pobres e que não possuem tecnologias médicas sofisticadas, prejudicando toda uma população carente que necessita de cuidados médicos na rede pública. Como exemplo, o senador informou que, em 1999, após a implantação do chamado Piso de Atenção Básica (PAB) e outros incentivos, estados da região amazônica receberam menos de R\$ 30 *per capita* para assistência ambulatorial, enquanto os estados do Sul e do Sudeste receberam mais de R\$ 40 por habitante.

Apesar de reconhecer méritos no projeto, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) entende que a matéria está prejudicada em virtude da aprovação de recente proposta de emenda à Constituição determinando que o estabelecimento de critérios de rateio dos recursos da União vincu-



Comissão de Assuntos Sociais adiou para a próxima quarta-feira a votação da matéria, que tramita em caráter terminativo

lados à saúde, destinados a estados, municípios e Distrito Federal, deverá ser feito por lei complementar. Por isso, defende o arquivamento do projeto.

Mas o senador Tião Viana (PT-AC), que chegou a apresentar voto em separado favorável à proposta de Paulo Souto, acha que a medida iria contribuir, em muito, para

corrigir distorções na área de distribuição de recursos federais para a saúde e descentralizar todo o sistema. Ele observou que o governo concede maior volume de recursos a estados mais ricos, detentores de melhor capacidade instalada para realizar procedimentos médicos mais complexos, em detrimento de estados mais pobres.



Paulo Souto é autor da proposta em exame na CAS

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 27 DE SETEMBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet
Presidente

10h — Recebe o senador Carlos Wilson, acompanhado do secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro
14h30 — Recebe Luís Costa Pinto, secretário de redação do *Correio Braziliense*, e Amauri Teixeira
15h30 — Recebe Ailton Morilhas, vice-presidente do Conselho Federal de Odontologia
16h — Recebe Aloysio Campos da Paz, presidente da Rede Sarah de Hospitais, e Lúcia Braga, diretora-executiva
17h — Recebe o ministro Paulo Costa Leite, presidente do Superior Tribunal de Justiça
18h — Recebe o embaixador Robert Torri, representante do Corpo Diplomático de Trinidad e Tobago, acompanhado de Maria Lúcia Moriconi, governadora do Rotary Club do Distrito Federal, Goiás e Tocantins

PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: projeto que amplia a segurança e a fiscalização do voto eletrônico; substitutivo ao projeto que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório; requerimento solicitando informações ao ministro da Fazenda sobre a relação jurídica financeira contratada entre o Banco do Nordeste (BNB) e a Cooperativa Agrícola Mista de Barra do Corda; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da emenda constitucional que dispõe sobre o aumento de 3% para 4% do produto da arrecadação dos Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza e sobre Produtos Industrializados; entre outros.

COMISSÕES

9h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: discussão e votação do relatório da comissão de inquérito que avalia denúncias contra o senador Jader Barbalho. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

Proposta de Lei da Radiodifusão é criticada em audiência

A proposta do Ministério das Comunicações para a nova Lei da Radiodifusão foi criticada por todos os convidados que participaram ontem da audiência pública realizada pela Subcomissão Permanente de Cinema, Comunicação e Informática, em conjunto com a Comissão de Educação. Os senadores presentes ao debate também fizeram restrições ao anteprojeto.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), autor do requerimento para a realização da audiência, disse que a proposta não contempla um sistema mais democrático do que o atual. Emília Fernandes (PT-RS) voltou a assinalar a ampliação do papel da tevê na formação das crianças e considerou o ganho



Debate foi promovido pela Subcomissão de Cinema, Comunicação e Informática e Comissão de Educação

que significaria se a proposta já instituisse a linguagem de sinais, para beneficiar os deficientes auditivos.

O presidente da Associação Brasileira de Radiodifusão e Telecomunicações (Abratel), Rober-

to Wagner, por exemplo, considerou excessiva a presença do Estado no setor pela nova proposta. Já o professor da Universidade de Caxias do Sul Venício Artur de Lima questionou o fato de o anteprojeto

concentrar no Poder Executivo toda competência regulatória da área de radiodifusão.

A presidente da Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj), Elisabeth Villela da Costa, defendeu a participação da sociedade

civil no controle do setor de comunicações, por meio do Conselho de Comunicação Social. Ela também reclamou uma maior abrangência da proposta, de modo a incluir o conjunto dos serviços e possibilidades tecnológicas da comunicação eletrônica, englobando a radiodifusão e os diversos serviços de tevê por assinatura. Essa questão foi levantada pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), que manifestou seu receio de que o excesso de abrangência pudesse paralisar a proposta.

O presidente das Associações de Rádios Comunitárias, Sebastião Santos, criticou a manutenção de dispositivos que considera prejudiciais a essas emissoras.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Raque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Adiada para outubro votação do Código do Contribuinte

O próprio autor, Jorge Bornhausen, pediu a transferência. Senado poderá convocar Pedro Malan para falar sobre a proposta

Por requerimento do próprio autor, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o Senado adiou para 31 de outubro a votação do projeto que institui o Código de Defesa do Contribuinte. Entre outras mudanças, o texto impede que sejam excluídos de benefícios fiscais e



Jorge Bornhausen vê em seu projeto um avanço para a cidadania

da participação em licitações públicas os contribuintes que estejam em débito com a Fazenda, mas contestando judicialmente esse débito.

Na mesma sessão, foi lido requerimento em que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pede que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, compareça ao Senado para explicar as repercussões desse projeto sobre a economia. Simon disse que ninguém é contra a defesa do pagador de impostos, mas observou que o projeto parece ser mais simpático

ao sonegador que ao contribuinte. O requerimento será votado no dia 10 de outubro.

Em defesa de seu projeto, Bornhausen disse que o texto traduz avanço para a cidadania. Sustentou que não fez um projeto para beneficiar sonegadores ou maus fiscais, os quais, em sua opinião, devem ser tratados pelo Código Penal, e afirmou que não aceita que se taxe sua proposta como "Código do Sonegador".

O senador Roberto Freire (PPS-PE) criticou o projeto, sobretudo o artigo 18, que veda à legislação tributária estabelecer limites à interposição de recursos pelo contribuinte. Freire observou que, se o texto entrar em vigor, deixa de haver fiscalização no país. No mesmo tom falou o senador Ademir Andrade (PSB-PA), que também defendeu o

comparecimento do ministro da Fazenda para discutir a matéria.

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que, à primeira vista, o projeto mais parece "um código de defesa do sonegador". Ele afirmou que o Senado precisa trazer mais autoridades fiscais para discutir o assunto, a exemplo do que foi feito em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) considerou "surrealista" que um senador governista tenha apresentado esse projeto e que o governo não tenha manifestado sua posição a respeito de uma matéria que terá tantas repercussões. Ele disse ter a impressão de que o governo é contra, mas não quer se manifestar porque o autor é do PFL.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) defendeu Jorge Bornhausen dizendo que ele foi governador de Santa Catarina e sempre se houve com correção e perfeição no quesito finanças públicas.

Audidores pedem a Tebet mudanças na proposta

Comissão de auditores representando o Fórum Nacional de Auditores Fiscais (Fórum Fisco) fez apelo ao presidente do Senado, Ramez Tebet, na manhã de ontem, no sentido de que sejam revistos diversos aspectos do projeto do Código de Defesa do Contribuinte.

De acordo com Sayonara Pereira, diretora da Fenafisco (Federação Nacional de Auditores Fiscais) e coordenadora da Câmara Técnica do Fórum Fisco, "do jeito que está, esse código vira o Código das Amarras ou o Código de Defesa do Sonegador". Os auditores não se conformam com dispositivos como o que prevê, por exemplo, a obrigatoriedade de o



Ramez Tebet recebeu comissão de auditores representando o Fórum Nacional de Auditores Fiscais (Fórum Fisco)

contribuinte ser avisado de que haverá fiscalização no estabelecimento.

No entender dos auditores, a aprovação do Código de Defesa do Contribuinte nos termos em que está tramitando representaria "seguir na contramão da transparência exigida pela sociedade", afirmou Sayonara.

Valadares defende emenda que garante fundos regionais

No quarto dia de discussão da proposta de emenda à Constituição que insere na estrutura jurídica brasileira os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor da iniciativa, manifestou-se sobre a importância de sua aprovação.

Ele disse que seu propósito é que a lei fixe os valores anuais a serem colocados nesses fundos, os quais serão repassados na forma de duodécimos mensais. Afirmou também que seu texto proíbe o contingenciamento desses recursos, para impedir que o governo a eles recorra na hipótese de incer-

teza em relação à arrecadação tributária e ao déficit público.

Lembrando que os dois fundos foram criados por medida provisória assinada este ano, Valadares disse que seu propósito é evitar que eles sejam extintos ou alterados por qualquer ato do governo. Se isso acontecer, o senador afirmou que populações inteiras serão prejudicadas, aumentando mais ainda o desequilíbrio entre as regiões.

Teotonio destaca aprovação de normas para uso racional de energia

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) comentou ontem projeto de lei de sua autoria que trata da conservação de energia elétrica e permitirá aumentar a oferta mediante a racionalização do consumo e o combate ao desperdício. O projeto foi aprovado pelo Senado na terça-feira, na forma de substitutivo, e encaminhado à sanção presidencial. Teotonio assegurou que o texto não representa intromissão na vida de pessoas ou empresas, mas uma chamada à responsabilidade comum para conservar um bem finito e cada vez mais raro.

— É cem vezes mais barato investir na economia e na conservação da energia que em sua geração. Economizar um megawatt/hora exige somente US\$ 20; gerá-lo, quase US\$ 2

mil — explicou.

Três pontos foram destacados por Teotonio como "avanços na política energética". O primeiro determina que o Executivo estabeleça níveis mínimos de eficiência energética de máquinas e equipamentos elétricos. O segundo obriga fabricantes e importadores de máquinas e aparelhos elétricos a adotarem medidas que obedeçam a esses níveis. O terceiro determina que o Executivo desenvolverá mecanismos que promovam a eficiência energética nas edificações.



Teotonio: energia é bem finito e cada vez mais raro

Ricardo Santos afirma que exportar é o melhor caminho

Ao manifestar preocupação com os efeitos dos ataques terroristas aos Estados Unidos na economia brasileira, o senador Ricardo Santos (PSDB-ES) disse que o Brasil se encontra em uma encruzilhada onde todas as placas sinalizam: exportar ou morrer. Para ele, esse é o melhor caminho para reduzir a vulnerabilidade e assegurar o crescimento sustentado da economia.

O senador lembrou que o crescimento econômico brasileiro ficará comprometido pela interdependência de quatro forças: o aprofundamento da recessão mundial afetando as exportações, o encolhimento dos investimentos estrangeiros, a redução de outros recursos internacionais que poderiam socorrer o país em emergências e a possibilidade de

restrições no fornecimento de petróleo.

Santos frisou que, para ser eficaz, o estímulo às exportações precisa envolver múltiplos instrumentos, com sintonia e consistência entre si. Em especial, as políticas energética, industrial e de comércio exterior devem convergir, ressaltou.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) lamentou que o episódio venha a trazer dificuldades para a economia brasileira e concordou com a necessidade de dinamizar as exportações.



Ricardo Santos teme problemas para a economia brasileira

Aprovado funcionamento de emissoras

O Plenário aprovou ontem seis projetos de decreto legislativo relativos a serviços de radiodifusão. A Rádio Clube de Valença (RJ) teve sua permissão de funcionamento renovada. A concessão outorgada à Rádio Acaiaca, de Ouro Preto (MG), também foi renovada.

Duas entidades foram autorizadas a explorar serviços de radiodifusão comunitária: a Associação Comunitária Braçonortense, de Braço do Norte (SC), e a Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Carmópolis de Minas e Região, de Carmópolis (MG).

O Plenário aprovou ainda outorga de permissão para a Fundação Educativa e Cultural Alto Paranaíba, de Patos de Minas (MG), e a outorga de concessão à Fundação Educativa de Radiodifusão Futura, de São Gonçalo (RJ).

Quintanilha anuncia homenagem do Senado ao idoso

Ao registrar que hoje se comemora o Dia Nacional do Idoso, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) informou que na hora do expediente o Senado vai homenagear "esse segmento social que cresce de forma surpreendente no Brasil", já atingindo 14 milhões de pessoas de mais de 60 anos.

Segundo Quintanilha, a projeção para os próximos 20 anos aponta que a população de idosos no Brasil chegará a aproximadamente 40 milhões.

— Antigamente existia uma preocupação, equivocada, de que o velho era um peso para a família. Hoje há razões para atestar que em muitas situações ele é arrimo da família, com sua aposentadoria — afirmou o senador.

Tebet destaca visita de solidariedade de Aécio

O presidente do Senado Federal, Ramez Tebet, registrou, em discurso proferido enquanto presidia a sessão de ontem, a visita que recebeu do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves. O presidente da Câmara foi levar solidariedade ao presidente do Senado pelas ofensas que lhe foram dirigidas durante a sessão do Congresso Nacional na noite de terça-feira, que acabaram provocando seu encerramento.

– Não podia imaginar que, por questões regimentais, tivesse de suspender a sessão, para depois encerrá-la, ouvindo um linguajar incompatível com o decoro parlamentar; um linguajar que ninguém quer ouvir e que não tenho coragem de repetir – afirmou o presidente do Senado Federal.

Tebet assinalou que somente trazia o assunto ao Plenário “para que a Casa leve em consideração e tome conhecimento que o presidente da Câmara dos Deputados nos visitou para expressar solidariedade pelos lamentáveis acontecimentos”. A visita de Aécio se deu durante encontro dos membros da Mesa e lideranças partidárias do Senado. Para o senador, a visita não foi à sua pessoa, mas ao presidente do Senado Federal.

O presidente do Senado disse ter tido “uma surpresa profundamente agradável” com a visita do deputado. Segundo Tebet, Aécio disse que não concordava com a adjetivação que foi atribuída a ele na reunião do Congresso.

– O Congresso Nacional que o povo brasileiro quer é outro; quer um Congresso altivo, forte, destemido, disposto a debater os problemas nacionais, afinado com a realidade brasileira, discutindo seus problemas, procurando resolvê-los

Távola: Tebet terá apoio para reerguer o Senado



Artur da Távola

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), disse que o comportamento do presidente do Senado, Ramez Tebet, diante do episódio da última sessão do Congresso demonstra que Tebet tem as qualidades necessárias à boa condução do Parlamento: moderação, prudência e energia serena.

– O presidente deixou claro que vai ultrapassar esse episódio e potencializar a energia positiva da Casa – comentou Artur da Távola. O líder disse que Tebet terá o apoio de todos os senadores para a tarefa de reerguer o Senado e recuperar a credibilidade da instituição.

Geraldo Melo: agressões ferem decoro parlamentar



Geraldo Melo

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse ontem que as agressões sofridas pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, na última reunião do Congresso também ferem o decoro parlamentar. Para Melo, atitudes desse tipo contribuem para diminuir a credibilidade da instituição, tarefa para a qual, sustenta o senador do Rio Grande do Norte, Tebet terá que contar com o apoio de todos os parlamentares.

– A sociedade tem o direito de cobrar de Tebet a tarefa de restituir a credibilidade do Congresso e do Senado. Esse é o grande compromisso e é o que representou a eleição dele. Mas não poderá fazê-lo sozinho. Muito se tem falado de ética e decoro parlamentar, mas não posso deixar de enxergar falta de ética e decoro parlamentar explícitos nos fatos ocorridos no Congresso – disse Geraldo Melo.

– A sociedade tem o direito de cobrar de Tebet a tarefa de restituir a credibilidade do Congresso e do Senado. Esse é o grande compromisso e é o que representou a eleição dele. Mas não poderá fazê-lo sozinho. Muito se tem falado de ética e decoro parlamentar, mas não posso deixar de enxergar falta de ética e decoro parlamentar explícitos nos fatos ocorridos no Congresso – disse Geraldo Melo.

da melhor forma possível, mas dentro da linguagem parlamentar e de princípios que devem estar presentes no dia-a-dia do cidadão – declarou o presidente do Senado.

Tebet disse ter chegado à sessão do Congresso de “coração aberto” e com o “espírito leve, espírito solto, espírito de quem ia cumprir mais uma missão”. Mas disse ter sido pego de surpresa por “questões regimentais”.

– Nunca poderia imaginar que eu tivesse um fim de noite como aquele. Estava lá para presidir o Congresso, ajudar a votar as matérias, para cumprir o dever de presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional. Mas o que ficou foi um triste espetáculo presenciado pela nação brasileira, que nem eu nem ninguém esperava – comentou o parlamentar.

O presidente disse que foi dormir entristecido, mas que acordou diferente, ao receber a solidariedade de representantes de poderes da República, de seus conterrâneos e de parlamentares. Afirmou ter a “absoluta convicção” de que os fatos ocorridos no dia anterior “servirão apenas para robustecer a fé inquebrantável” que tem nos destinos do Congresso Nacional e na democracia brasileira.

– Descer às turras na maledicência não é do meu feitio. Retribuir o linguajar, não o farei. Descer ao charco das retaliações pessoais não é da minha formação. Agora, defender a dignidade e a honra desta Casa nas prerrogativas que me cabem como presidente do Senado Federal, isso eu tenho de fazer, isso eu terei de fazer, com a ajuda de todos os senhores senadores, como foi demonstrado na reunião de hoje (quarta-feira) de manhã – disse Tebet.



O presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, hipotecou solidariedade ao senador Ramez Tebet e destacou compromissos das duas Casas do Congresso

Senador recebe desagravo da Mesa da Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, visitou na manhã de ontem o presidente do Senado, Ramez Tebet, para hipotecar solidariedade ao senador e levar o desagravo da Mesa Diretora da Casa a Tebet, em virtude das manifestações de parlamentares que levaram ao encerramento da sessão do Congresso na terça-feira.

Em companhia do corregedor-geral da Câmara, deputado Barbosa Neto, Aécio Neves garantiu que o episódio será apurado e que serão verificadas as responsabilidades dos parlamentares que provocaram o encerramento da sessão conjunta. Ele disse confiar em que “fatos lamentáveis como esse não se repetirão”. Aécio Neves destacou, ainda, que “Câmara e Senado têm compromissos comuns com o país e vão caminhar solidariamente na votação de matérias importantes para a sociedade brasileira”.

Dutra aponta “excesso de emoção”



José Eduardo Dutra

O líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE), lamentou as agressões verbais de que o presidente Ramez Tebet foi vítima, mas negou que o acontecimento tenha representado o fim da democracia no país. “Foi um mero episódio de falta de educação. É um exagero interpretá-lo como o ‘World Trade Center’ da convivência entre partidos dentro do Congresso”, afirmou.

Dutra disse não querer justificar comportamentos ou expressões chulas de alguns parlamentares, mas lembrou que o Plenário do Senado já foi palco de discussões ásperas entre alguns representantes, sem que ninguém tenha afirmado estar celebrando os funerais da democracia. “Vamos baixar a bola e reduzir o episódio a um excesso de emoção dentro da luta partidária no Congresso”, concluiu.

Alcântara: questionamentos devem ser regimentais



Lúcio Alcântara

Os regimentos do Senado e do Congresso são os instrumentos adequados para que os parlamentares questionem decisões da presidência da instituição, afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao solidarizar-se com o presidente do Congresso, Ramez Tebet.

– É grave ver membros do Congresso desacatarem o presidente da instituição. O debate pode ser duro, mas há regras que devem ser respeitadas, sob pena de entrarmos na desordem, no caos e no descrédito do Parlamento – disse o senador, ressaltando que a eleição de Tebet para o cargo se deu de forma legítima. “Não há por que acolher manifestações que possam afetar a atuação da Presidência”, afirmou.

Lindberg diz ter ficado constrangido com gritos



Lindberg Cury

Ao considerar uma “agressão” a forma como o presidente do Senado, Ramez Tebet, foi tratado na sessão de terça-feira do Congresso, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) solidarizou-se com ele e comentou que se sentiu constrangido ao ver parlamentares, aos gritos, desrespeitando uma decisão de Tebet.

– O que assistimos foi uma agressão não apenas a Tebet, mas a um dos mais altos cargos do país, a Presidência do Congresso, que exige, no mínimo, respeitabilidade. Os conflitos podem ser superados, mas a falta de respeito não – afirmou.

Lindberg confessou que já tinha acompanhado debates calorosos no Senado, mas sempre com respeito entre os parlamentares. Ele também elogiou a atuação de Tebet à frente do Conselho de Ética: “Sempre equilibrado, democrático, enérgico nas horas certas”.

Quintanilha rejeita ação "chula e grotesca"



Leomar Quintanilha

Confessando ter ficado constrangido e indignado com a forma agressiva como alguns parlamentares trataram o presidente Ramez Tebet na sessão de terça-feira do Congresso, o senador

Leomar Quintanilha (PPB-TO) comentou que a solução para as divergências deve ser buscada por meio da discussão e da inteligência, "e não de forma chula e grotesca".

Para o senador por Tocantins, as pessoas que puderam assistir às cenas da sessão do Congresso sentiram o mesmo constrangimento e indignação ao ver "aquele comportamento reprovável" de parlamentares que estavam reunidos para apreciar as mudanças no Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

Além de solidarizar-se com Tebet, Quintanilha comentou que o presidente do Senado sempre teve um comportamento "probo, reto, cordial e lhano (sincero)" desde que ingressou na Casa. "Confio que o presidente do Senado terá serenidade, equilíbrio e competência para devolver ao Brasil o Senado e o Congresso que todos esperamos", completou.

Moreira espera que episódio não se repita



Moreira Mendes

Ao comentar o episódio em torno da votação das alterações do Plano Plurianual (PPA) na sessão de terça-feira, quando o presidente do Congresso, Ramez Tebet, foi agredido

verbalmente, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que respeito e educação cabem em qualquer lugar, especialmente no Congresso Nacional.

Ele lamentou a agressão sofrida por Tebet e fez votos para que episódios constrangedores como esse nunca venham a se repetir.

Nabor manifesta decepção e revolta



Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que ficou revoltado e decepcionado com o "triste episódio" ocorrido durante a sessão do Congresso Nacional na noite de terça-feira.

Ele lembrou que a democracia tem como maior pressuposto o princípio do contraditório e que a questão envolvendo a votação do projeto de revisão do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) poderia ter uma solução regimental, remetendo recurso à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados.

— Na minha maneira de ver, os autores daquele episódio demonstraram que não estão preparados para a democracia — afirmou.

Constrangimento foi de todos, afirma Porto



Arlindo Porto

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) manifestou sua indignação em relação às agressões verbais sofridas pelo presidente Ramez Tebet, na sessão noturna do Congresso Nacional, realizada na terça-feira. Para ele, as decisões do presidente recém-eleito merecem o respeito de todos os parlamentares, mesmo daqueles que não concordam com elas.

Arlindo Porto ressaltou que a divergência de idéias é acontecimento normal no Parlamento e acrescentou que conviver civilizadamente com ela é desafio para todos os partidos. "Mas não podemos confundir a defesa de posições diferentes com falta de educação e de respeito. O constrangimento não foi apenas do presidente Ramez Tebet, foi de todos nós", concluiu.

Fogaça: democracia não dispensa respeito



José Fogaça

O senador José Fogaça (PMDB-RS) manifestou solidariedade ao presidente do Senado, Ramez Tebet, alvo de descortesia na sessão plenária do Congresso Nacional,

na terça-feira. Fogaça frisou que o respeito à condição de presidente do Senado e do Congresso é o respeito à ordem democrática.

Fogaça disse que sua preocupação se estendia às minorias e àqueles que podem ser as primeiras vítimas da desordem e da quebra das regras democráticas. O senador ressaltou que tanto o Senado quanto o Congresso devem assegurar a Tebet "a solidariedade que o ritual do cargo exige".

— A ordem democrática não pode dispensar esse ritual, essa liturgia do cargo. Isso faz parte do sistema, do respeito à democracia, às instituições e à liberdade — afirmou José Fogaça.

Maldaner diz que Tebet "vai vencer mais essa"



Casildo Maldaner

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou que, na reunião da bancada do partido que escolheu o candidato à presidência da Casa, não votou em Ramez Tebet, mas

manifestou sua admiração pelo novo presidente do Senado.

— Vossa Excelência vai vencer mais essa. Já venceu tantas. O senhor honra o seu estado, o Senado e o Brasil. Vamos em frente. Coisas menores sempre haverão pelo caminho. Fazem parte da construção desse caminho. Vossa Excelência não poderia esperar ter apenas rosas — assinalou Maldaner.

Juvêncio condena "terrorismo de plenário"



Juvêncio da Fonseca

"O que aconteceu na terça-feira foi terrorismo de plenário", afirmou o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), referindo-se ao episódio em que parlamentares — duran-

te a sessão do Congresso que analisou alterações ao Plano Plurianual de Investimentos — ficaram exaltados após uma decisão do presidente do Congresso, senador Ramez Tebet.

Juvêncio manifestou sua solidariedade e confiança em Tebet e opinou que o presidente do Senado tem competência, experiência e humildade para enfrentar os problemas e conduzir o Congresso. "Ele sabe perfeitamente, como sempre soube, o momento certo para agir e convergir as lideranças em torno de si", comentou.

O senador pelo Mato Grosso do Sul opinou que Tebet tem que continuar fazendo prevalecer o Regimento. "Um país sem respeito à lei é um país da anomia, da anarquia." Ele lamentou que alguns parlamentares, na sessão do Congresso, tenham desrespeitado o Regimento, o vernáculo e o ambiente da Casa. "Presume-se que quem chega ao Congresso tenha um mínimo de preparo para a tribuna", observou.

Fernando Bezerra oferece solidariedade



Fernando Bezerra

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) afirmou que o presidente do Senado, Ramez Tebet, não merece o tratamento que recebeu na sessão do Congresso Nacional,

realizada na noite de terça-feira. Ele ofereceu todo o apoio e solidariedade que Tebet necessita para exercer de forma tranqüila a Presidência do Senado.

Presidente do Congresso lamenta tumulto

O presidente do Senado, Ramez Tebet, lamentou na manhã de ontem o tumulto verificado na sessão de terça-feira do Congresso Nacional, por ocasião da votação do Plano Plurianual, quando a oposição se insurgiu contra o encaminhamento dado pela Mesa à questão e ele decidiu encerrar a sessão conjunta.

— Tudo ocorreu em função de interpretação regimental, mas interpretação regimental se resolve no diálogo, no debate, e eu estava ali disposto ao debate; quando vi que não dava para debater, vi que não tinha outra alternativa senão encerrar a sessão — explicou Tebet.

O senador observou que aqueles que se sentem prejudicados pela votação de terça-feira

"têm todo o direito de recorrer, seja à própria Casa, seja ao Judiciário; tudo é possível, desde que pelo diálogo e dentro do entendimento". O presidente reafirmou que teve de encerrar a sessão porque "não havia clima", fato que lamentou muito: "Espero que na próxima vez as coisas transcorram normalmente".

Ramez Tebet confessou que não esperava um episódio como esse em sua estréia como presidente do Congresso Nacional.

— Sinceramente, eu não estava preparado para o que ocorreu, até porque aquilo foge da normalidade, não é o normal do Parlamento, que, como o próprio nome está dizendo, é a casa do diálogo, do entendimento — concluiu.

Líderes pedem punição para autores das ofensas

Os líderes partidários da base governista na Câmara assinaram ontem uma representação contra os deputados que ofenderam o presidente do Congresso, Ramez Tebet. Endereçada ao presidente da Câmara, Aécio Neves, a representação pede a apuração dos fatos e a posterior abertura de processo por quebra de decoro parlamentar. Os líderes querem a realização de perícia na gravação da sessão do Congresso, para confirmar a autoria das ofensas.



Ramez Tebet: "Não tinha alternativa senão encerrar a sessão"

Tebet discute prioridades com líderes partidários

Durante a reunião os senadores também se solidarizaram com o presidente da Casa devido aos tumultos de terça na sessão do Congresso

O presidente do Senado, Ramez Tebet, realizou ontem sua primeira reunião com os líderes partidários e os integrantes da Comissão Diretora. Em pauta, troca de idéias sobre as prioridades para o trabalho parlamentar e o aprimoramento das atividades legislativas. O encontro também serviu para que os parlamentares manifestassem solidariedade ao senador Ramez Tebet devido ao tumulto na sessão de terça-feira do Congresso Nacional.

De acordo com o senador Jorge Bornhausen (SC), presidente nacional do PFL, os debates na reunião fixaram a importância de

o Senado continuar um intenso trabalho legislativo. Tebet lembrou que o tema mais relevante em tramitação na Casa é a reforma do Judiciário, que está sendo debatida na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) revelou que o presidente da Casa e as lideranças combinaram reuniões quinzenais, para a montagem de pautas de votação e identificação de projetos que mereçam prioridade. A realização de debates semanais entre os parlamentares, sobre temas da atualidade e com transmissão pela TV Senado, foi outra proposta apre-

sentada no encontro.

Tebet frisou que a reunião estava marcada desde a última segunda-feira, não tendo relação com o episódio ocorrido na sessão do Congresso. Entre as manifestações de solidariedade houve também a visita inesperada do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves.

Sobre o tumulto, o primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PTB-PE), afirmou que houve "desrespeito à instituição do Congresso". Ele defende uma ação da Mesa da Câmara para identificar os responsáveis e aplicar as "sanções cabíveis".



Ramez Tebet discutiu com os trabalhadores a tramitação de projetos

Presidente do Senado recebe representantes do MST e Contag

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), acompanhados pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Heloísa Helena (PT-AL) e Geraldo Cândido (PT-RJ).

Segundo a senadora, Tebet prometeu interceder para que os trabalhadores sejam recebidos pelo presidente da República e assegurar agilidade à tramitação

de projetos que beneficiam pequenos agricultores.

Suplicy disse que, em ofício encaminhado pelas entidades ao presidente da República, os trabalhadores destacam que, apesar de a produção brasileira de grãos ter crescido de 76 milhões de toneladas para 97 milhões entre 1995 e 2000, o PIB da agricultura caiu de R\$ 43 bilhões para R\$ 40 bilhões.

— Isso mostra que nem sempre o esforço dos agricultores resulta em melhor valor real de renda de sua atividade — comentou.

Geraldo Melo é o novo líder do PSDB

O senador Geraldo Melo (RN) foi escolhido ontem o novo líder do PSDB no Senado. A decisão foi tomada em reunião da bancada do partido, com a presença dos seus 14 integrantes. "O nome de Geraldo Melo foi resultado de consenso", afirmou o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), ao



Geraldo Melo foi escolhido por unanimidade pelos 14 senadores que compõem a bancada do PSDB

explicar que, embora não tenha ocorrido votação, houve unanimidade na escolha.

Além de Geraldo Melo, chegou a ser considerado o nome do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que, na sessão plenária de ontem, comunicou a decisão de retirar a sua candidatura para manter a unidade partidária. Disse ele que

apoiava o nome do senador Geraldo Melo para ocupar a função.

Jucá disse que se retirava da disputa "em nome da união do partido". Para ele, o momento atual não é de disputa. Afirmou que vê em Geraldo Melo "todas as qualidades para ser o líder que o PSDB precisa".

O parlamentar registrou o "pro-

fícuo trabalho" desenvolvido pelo senador Sérgio Machado (CE) nos seis anos em que ocupou a liderança do PSDB. Afirmou ainda que fazia questão de "trazer de público" seu reconhecimento pela atuação do antigo líder. Geraldo Melo comentou a decisão de Jucá.

— Agradeço muito a ele por ter retirado a sua candidatura e com isso fazer com que não seja necessário nenhum esforço para unificar o partido — disse Melo, que enalteceu o serviço prestado por Jucá no período em que foi líder do governo, e reconheceu, no parlamentar, as qualidades necessárias para exercer a função de líder do PSDB.

Ademir Andrade elogia congresso da CNTI

Ao comentar sua participação no 7º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), o senador Ademir Andrade (PSB-PA) disse acreditar que iniciativas semelhantes podem ajudar a aumentar a consciência dos trabalhadores brasileiros.

Os trabalhadores, ressaltou, precisam ter claro que, "apesar de serem maioria, não têm suas vontades atendidas", em consequência da representação política do povo brasileiro.

— Os trabalhadores ainda não entenderam a importância da política em suas vidas, não ocupam os lugares que podem ocupar, inclusive no Congresso Nacional.

Para Ademir, a democracia consiste em fazer valer a vontade do povo, e, "caso efetivamente existisse democracia no Brasil, a realidade do país seria outra".



Para Ademir, não há ainda democracia no Brasil

Maldaner cobra política agrícola

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou o governo para a necessidade de uma política mais ativa para a agricultura e pecuária, tendo em vista os problemas econômicos que se avizinhavam em decorrência dos atendidos nos Estados Unidos.

Segundo disse, "o Brasil tem clima, terra e gente para produzir uma tonelada de alimentos por habitante" se houver acesso a financiamentos com baixas taxas de juros e prazos longos. "O Brasil pode alimentar seus 30 milhões de carentes" e melhorar sua posição no mundo "sim-

plesmente trocando o que precisa por alimento farto e barato".

Maldaner lembrou recente vinda a

Brasília de agricultores e pecuaristas de Santa Catarina que fizeram "protesto ordeiro" para pedir política mais favorável do governo em relação ao setor. "Alguns vieram a cavalo, somente para protestar contra o pouco apoio governamental."



Maldaner: há clima, terra e gente para aumentar produção

Álvaro e Osmar Dias ingressam no PDT para "trabalhar com liberdade"

O senador Álvaro Dias (PR) anunciou ontem, em discurso no Plenário, o seu ingresso e o do senador Osmar Dias (PR) no PDT. Álvaro Dias fazia parte do PSDB e sofreu processo de expulsão por ter, juntamente com Osmar, assinado requerimento pedindo a abertura de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção no governo federal.

— Meu pai, um agricultor de 90

anos, afirmou que, quando o joio é demais, é melhor arrancar o trigo. Fomos proscritos do PSDB pela intolerância dos déspotas. Venho para o PDT na certeza de poder trabalhar com independência, autonomia e liberdade — disse Álvaro.

O senador disse que o fato de ele e Osmar Dias terem assinado o requerimento de abertura da CPI reflete a liberdade de convicção pessoal que todo ser humano tem.

Já a reação do PSDB de proibi-los de assinar "foi uma exigência descabida". Ele ressaltou que "a consciência é um dos bens supremos do ser humano". Álvaro Dias acrescentou que a decisão de apoiar a CPI refletia o desejo popular de investigar a corrupção no governo.



Álvaro: apoio à CPI da Corrupção motivou saída do PSDB

Infraero vai explicar irregularidades

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem requerimento do deputado Alberto Goldman (PSDB-SP) que convoca o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para que dê explicações sobre irregularidades nas obras do Aeroporto de Salvador. Os problemas foram identificados durante fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Conforme a auditoria, as irregularidades envolvem R\$ 9,5 bilhões, o que levou à suspensão das obras em abril último. No final de agosto, no entanto, o Tribunal de Contas da União recomendou a retomada das obras, desde que as empresas contratadas ofereçam fiança bancária em valor idêntico ao que têm a receber. O ministro do TCU Ubiratan Aguiar, relator da matéria, explicou que a fiança seria uma espécie de seguro contra eventuais superfaturamentos.

A comissão decidiu convocar para a mesma reunião em que será ouvido o presidente da Infraero os ministros do TCU Humberto Souto, presidente do tribunal, e Ubiratan Aguiar. A reunião está prevista para o dia 2 de outubro, às 15h30.

COMISSÃO DECIDIRÁ

As explicações do presidente da Infraero são importantes para que a Comissão de Orçamento concorde ou não com a proposta de fiança feita pelo TCU. Se concordar, a comissão aprovará a liberação de R\$ 29 milhões do Orçamento da União deste ano para as obras do aeroporto de Salvador, suspensas desde que o TCU comunicou as irregularidades.

Conforme a Infraero, a reforma do aeroporto está orçada em R\$ 232 milhões, faltando alocar somente 20% do total dos recursos estimados (de várias fontes). Depois de reformado, o Aeroporto de Salvador aumentará sua capacidade de 2 milhões para 6 milhões de passageiros por ano.

A Comissão Mista de Orçamento aprovou pedido do governo de crédito suplementar de R\$ 8,35 milhões para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O dinheiro será utilizado para bancar a divulgação de ações do governo, especialmente os projetos contemplados pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPA) 2000/2003.

Jader poderá apresentar ampla defesa só com abertura de processo

CCJ rejeitou ontem recurso do ex-presidente do Senado para se defender e apresentar provas perante o Conselho de Ética. Na atual fase da investigação, o senador pode apenas ser ouvido

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) poderá ser ouvido pelos membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, mas não será autorizado a apresentar sua defesa de forma ampla se não for aberto processo por quebra de decoro contra ele. Essa foi a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu ontem relatório do senador Osmar Dias (PDT-PR) com a recomendação por 18 votos favoráveis e uma abstenção.

Osmar Dias recusou o pedido de Jader citando preceito constitucional pelo qual o acusado terá direito a ampla defesa apenas na fase processual, o que ainda não

ocorreu, pois o caso está na fase de inquérito.

Segundo Osmar Dias, caso fosse admitida a solicitação do senador paraense, a medida suscitaria o entendimento de que Jader já é acusado e está respondendo a processo. Essa situação, disse, implicaria o impedimento de Jader poder renunciar sem perder os direitos políticos.

Jader acompanhou a leitura do relatório e pediu a palavra para refutar os argumentos de Osmar Dias, alegando que foi cerceado no direito de defesa e que não achava justo ser avaliado sem poder apresentar sua versão das denúncias.

Agora o caso volta ao Conselho



Jader Barbalho acompanhou a leitura do relatório de Osmar Dias, contrário ao pedido de ampla defesa, e afirmou que está sendo cerceado

de Ética, que se reúne hoje, às 9h, para apreciar relatório dos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP), que pede

a abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra Jader por envolvimento em desvio de verbas do Banpará.

Se quiser, senador será ouvido hoje pelo Conselho de Ética

O ex-presidente do Senado Jader Barbalho (PMDB-PA) poderá ser ouvido hoje pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, segundo o presidente do órgão, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS). O anúncio ocorreu ao final da reunião da



Juvêncio da Fonseca garantiu que relatório sobre Jader será votado hoje

Comissão de Constituição, Justiça

e Cidadania (CCJ) em que os senadores rejeitaram recurso apresentado por Jader com o objetivo de garantir ampla defesa antes de abertura de processo pelo conselho.

Na reunião de hoje será votado o relatório assinado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres

(PDT-AM) recomendando que Jader seja processado por ter mentido ao Senado e atrasado as investigações sobre possível envolvimento dele, Jader, em desvio de verbas do Banco do Estado do Pará (Banpará).

Juvêncio, que esteve presente à reunião da CCJ, disse que tomou a decisão de franquear a palavra a Jader após ouvir recomendação nesse sentido de parlamentares que se manifestaram durante a votação do parecer

que rejeitou o pedido de ampla defesa feito por Jader.

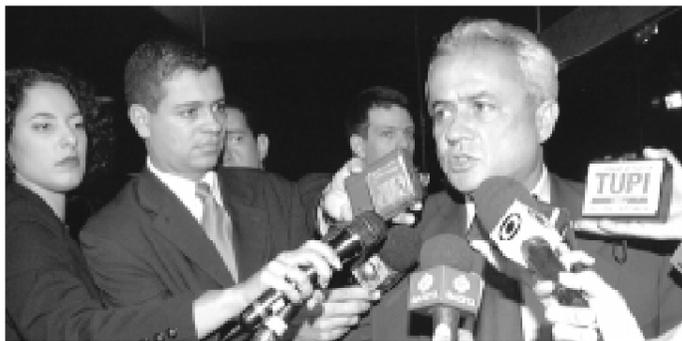
O parecer foi aprovado, mas surgiu dos debates a recomendação de que Jader possa falar em sua defesa antes que o relatório seja apreciado. Os senadores entenderam que manifestação de Jader na reunião de hoje não caracterizaria a ampla defesa. Até porque, conforme assegurou Juvêncio, o relatório propondo a abertura de processo não deixará de ser votado na reunião de hoje.

CFC aprova pedido de auditoria na Eletrobrás

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem proposta de autoria do senador Carlos Wilson (PTB-PE) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) realização de auditoria de natureza contábil, financeira, operacional e patrimonial na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás). O objetivo é apurar possíveis irregularidades em contrato de financiamento firmado com a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe).

Conforme parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB), o financiamento, de R\$ 82,2 milhões, destinava-se ao Programa de Eletrificação Rural, que integra o projeto Luz no Campo, do Ministério de Minas e Energia.

Suspeitando de irregularidades na execução do programa



Carlos Wilson é autor do requerimento que solicita auditoria na Eletrobrás

devido a indícios de má gestão dos recursos oriundos da Eletrobrás, Carlos Wilson apresentou em dezembro do ano passado requerimento de informação que foi encaminhado ao então ministro de Minas e Energia Rodolpho Tourinho. Em resposta, a Eletrobrás informou que, por força de contra-

to, liberou parcela de assinatura, no valor de R\$ 8,2 milhões, sem que a Celpe tivesse prestado contas da aplicação dos recursos.

Acompanhamento posterior demonstrou que a empresa não vinha realizando as metas contratuais desde março de 2000, informou Tourinho.

Presidente do Flamengo deve depor na terça

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apura irregularidades no futebol adiou para a próxima terça-feira, às 10h, reunião destinada a ouvir o atual presidente do Flamengo, Edmundo dos Santos Silva. A CPI ainda pretende tomar o depoimento do ex-presidente do clube Antônio Augusto Dunshee de Abranches.

O senador Geraldo Althoff (PFL-SC), relator da CPI e autor do requerimento pela convocação dos dois, espera que o depoimento de Dunshee Abranches esclareça a origem de uma conta bancária nas Ilhas Cayman em nome do Flamengo.

Althoff afirmou ainda que a presença de Edmundo Silva se justifica pelo fato de ele não ter cumprido promessa feita à comissão, em audiência pública anterior, de encaminhar no prazo de 24 horas a documentação necessária para comprovar a veracidade de suas declarações.

Nelson Jobim defende efeito vinculante em debate na CCJ

Medida pode acelerar tramitação de processos, aumentar segurança jurídica e reduzir as demandas, afirmou o ministro

Em audiência pública sobre a reforma do Judiciário, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim, que preside o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), defendeu a adoção do efeito vinculante, uma das principais alterações na estrutura do Judiciário incluídas na proposta de emenda à Constituição que está em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para Jobim, o efeito vinculante pode acelerar a tramitação de processos, aumentar a segurança jurídica e reduzir as demandas ju-

diciais. O mecanismo tem por finalidade fazer com que decisões de tribunais superiores como o STF e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) sirvam como base para o julgamento de ações análogas em instâncias inferiores.

O ministro também sugeriu que o Congresso Nacional reveja o papel do Supremo. Segundo ele, ao longo dos anos, e especialmente após a promulgação da Constituição de 1988, o Supremo acabou transformando-se em “um tribunal recursal de permeabilidade absoluta”. Dessa forma, disse, o STF decidiu sobre

mais de 86 mil demandas judiciais em 2000, o que dá uma média diária de 42 processos para cada ministro. Este ano, até 25 de setembro, o tribunal já julgou mais de 92 mil ações, segundo informou Jobim.

— A causa disso é uma estrutura que acabou transformando os tribunais superiores em uma quarta instância recursal. Esse fato traz uma consequência política grave, pois os juízes de primeiro grau perdem importância política em suas comunidades. Desqualificou-se a sentença de primeiro grau — afirmou.

Voto poderá ter maior segurança

Em regime de urgência, o Senado vota hoje o projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que altera a legislação eleitoral para ampliar a segurança e a fiscalização do voto eletrônico.

O senador alega que, apesar de o voto eletrônico ter tornado mais ágil o processo de apuração e ter eliminado a prática de algumas fraudes, sua segurança ainda deixa a desejar, pois a fiscalização partidária não tem meios de conferir se a apuração de uma urna corresponde de fato à vontade dos eleitores.

O Plenário também vota projeto do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) que concede anistia a dirigentes ou representantes sindicais e trabalhadores punidos por participação em movimento reivindicatório.

Transcorre hoje a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da proposta de emenda à Constituição do senador Ademir Andrade (PSB-PA) que aumenta de 3% para 4% a parcela do produto da arrecadação de impostos aplicada no financiamento do setor produtivo do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.



Após o encontro, Marco Aurélio disse que Tebet concordou com a necessidade de acelerar a reforma, incluindo alguns aspectos dos códigos

Presidentes do Senado e do STF tratam da reforma do Judiciário

O senador Ramez Tebet recebeu ontem o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, que foi cumprimentá-lo por sua eleição para a Presidência do Senado. Marco Aurélio aproveitou a oportunidade para trocar idéias com Tebet a respeito da evolução da proposta de reforma do Judiciário.

De acordo com o ministro, Tebet concordou com a necessidade de acelerar essa reforma e incluir a revisão de alguns aspectos dos códigos legais nesse processo. “O presidente Tebet é sensível à importância dessa questão porque, além de parlamentar, também é do ramo (o senador, que é advogado, foi promotor em Mato Grosso do Sul)”, observou Marco Aurélio.

A respeito do mandado de segurança encaminhado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA) ao Supremo, para impedir a votação, no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, do relatório que pede a abertura de processo contra o parlamentar por quebra de decoro, o presidente do STF disse não ver qualquer problema na iniciativa, mas apenas a “ratificação do estado democrático vigente no país”.

O mandado foi distribuído por sorteio ao ministro Maurício Corrêa, que, ontem, se declarou impedido de analisar o caso. “De imediato, foi redistribuído ao ministro Celso de Mello, que poderá tomar uma decisão individual ou levar a decisão para o colegiado, que estará reunido hoje (ontem) e amanhã (hoje)”, esclareceu.



Presidente da CCJ e relator da reforma do Judiciário, Bernardo Cabral, tendo à direita Osmar Dias, ouve a exposição de ministro Nelson Jobim

Eleições de 2002 terão cabine indevassável, anuncia ministro

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, anunciou, durante a audiência pública ontem na CCJ, que nas eleições de 2002, para assegurar mais tranquilidade ao eleitor, as seções terão de volta a cabine indevassável de votação, na qual o cidadão poderá votar sem ser visto.

Jobim justificou a medida pelo fato de que, nas eleições do ano que vem, o eleitor terá de escolher seis candidatos diferentes — deputado estadual, deputado federal, dois senadores, governador e presidente. Ao final da votação, disse o presidente do TSE, a pessoa terá dado 25 toques nas teclas da urna, gastando em média um minuto e meio para votar.

O ministro acredita que em uma cabine de votação o eleitor não vai sofrer pressão para concluir seu voto, evitando a produção de votos brancos e nulos que não

reflitam o seu desejo. Nas eleições de 1998, lembrou o presidente do TSE, a maioria dos votos nulos e brancos concentrou-se nas votações para presidente, governador e senador, ou seja, nas últimas escolhas feitas pelo eleitor.

Na audiência pública, Nelson Jobim também elogiou a solução encontrada para que seja garantida a segurança da votação eletrônica, no substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) aprovado pela CCJ na última semana.

Pela proposta, que conta com o apoio do TSE, o eleitor que não concordar com o resultado do voto eletrônico terá a opção de votar em separado. Caso o problema persista com outros eleitores, disse Jobim, a urna eletrônica terá de ser submetida a teste e, se for necessário, proceder-se-á à substituição da urna.



Requião é autor do projeto que torna voto mais seguro

Valadares repudia assassinato de vereador em Sergipe

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) repudiou o assassinato do vereador Carlos Alberto Oliveira Santos, o “Carlos Gato”, ocorrido no último sábado, na cidade sergipana de Pedrinhas. O vereador foi morto por pistoleiros. O senador disse ser o momento de o governo do estado tomar as providências necessárias para barrar esse tipo de crime, já que o povo de Sergipe cobra o fim da impunidade.

Em decorrência do clima de comoção na cidade, o presidente Fernando Henrique adiou visita que faria a Sergipe amanhã, quando anunciaria o lançamento do cartão magnético do programa Bolsa-



Valadares: povo cobra fim da impunidade

Escola, medidas para revitalizar a citricultura e a construção de uma termelétrica, informou.

Segundo Valadares, o vereador denunciava o trabalho infantil na citricultura, o que motivou a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na região. Secretário da União Nacional de Vereadores, ele “também enfrentava ricos e poderosos em prol da melhoria das condições de vida da população local”, acrescentou.

Na avaliação do senador, há muitos anos o Nordeste sofre a proliferação do crime de encomenda, que considera hediondo e dever ser combatido pela sociedade civil.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Mozarildo Cavalcanti